

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas:

De acordo com as disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras relativas a 31 de dezembro de 2010, bem como o relatório dos auditores independentes. Os prêmios emitidos líquidos atingiram a cifra de R\$ 358.462 representando aumento de 23,3%. Relativamente aos prêmios ganhos, a cifra atingiu o montante de R\$ 230.720 representando aumento de 22,02% em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento do faturamento foi resultado da continuidade da política de relacionamento comercial do canal corretores, adequação dos produtos e serviços, bem como melhorias operacionais introduzidas. Dentre os trabalhos implantados, queremos destacar a estruturação das áreas de atendimento aos segurados e corretores, novos serviços e assistências nos produtos massificados, e implantação de serviços ao corretor oferecendo facilidade operacional como endosso

online e a renovação simplificada. Cumpre destacar ainda a reestruturação do Departamento de Underwriting, com a criação de Diretorias específicas para Negócios Massificados e Negócios Customizados, sempre com o objetivo de oferecer os melhores produtos e serviços aos nossos clientes. O conjunto de ações adotadas pela Companhia culminou na melhora significativa dos resultados cujo montante atingiu R\$ 10.427 de lucro líquido no exercício contra um prejuízo de (R\$ 8.573) em 2009. O retorno sobre o Patrimônio Líquido em 2010 foi de 6,11% ante aos negativos (5,36%) de 2009. Em paralelo à melhoria dos produtos, serviços e fluxo operacional, a empresa intensificou o trabalho de fortalecimento dos canais de venda, com a proposta de parceria de longo prazo junto aos corretores. A Mitsui Sumitomo Seguros S.A., é uma subsidiária da Mitsui Sumitomo Insurance, que está presente em escala global, e em abril de 2010 consolidou a fusão com a Aioi Insurance e a Nissay Dowa General

Insurance, o que tornou o grupo, agora denominado MS & AD Insurance Group o maior grupo segurador do Japão e o quinto maior do mundo. Pela portaria SUSEP/DECON nº 1.079, foi aprovada em 24 de março de 2010 o aumento de capital de R\$ 60.000. Estes recursos foram destinados para investimentos em informática para melhoria contínua e permanente da eficiência operacional, ampliação dos serviços oferecidos, da presença territorial e na consolidação dos canais de distribuição consoante com os objetivos estratégicos de médio e longo prazo. Agradecemos à SUSEP, Resseguradores e Órgãos de Classe pelo apoio e orientação recebidos, aos Clientes e Corretores pela confiança depositada ao longo do semestre e, principalmente aos nossos funcionários pela eficiência e dedicação no desempenho de suas funções.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2011

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/10		31/12/09		PASSIVO	Nota explicativa	31/12/10		31/12/09	
Circulante		489.982	396.339			Circulante		496.473	413.944		
Disponível		3.833	3.133			Contas a pagar		21.592	22.023		
Caixa e bancos		3.833	3.133			Obrigações a pagar		14.352	11.093		
Aplicações	4	110.260	81.537			Impostos e encargos sociais a recolher		1.336	8.390		
Títulos de renda fixa		-	10.540			Encargos trabalhistas		1.420	1.232		
Cotas de fundos de investimentos		110.201	70.939			Impostos e contribuições		2.366	1.308		
Outras aplicações		59	58			Outras contas a pagar		2.118	-		
Créditos das operações com seguros e resseguros		272.515	248.946			Débitos de operações com seguros e resseguros		88.453	62.076		
Prêmios a receber	5	128.131	97.122			Prêmios a restituir		2.319	684		
Operações com seguradoras		2.326	975			Operações com seguradoras		3.086	2.075		
Operações com resseguradoras	5	133.613	148.608			Operações com resseguradoras		46.205	42.596		
Outros créditos operacionais		10.109	3.680			Corretores de seguros e resseguros		23.459	13.642		
(-) Provisão para riscos de créditos	5	(1.664)	(1.439)			Receitas de comercialização diferidas		12.529	3.079		
Títulos e créditos a receber		2.182	1.881			Outros débitos operacionais		855	-		
Títulos e créditos a receber		44	331			Depósitos de terceiros		27.918	20.195		
Créditos tributários e previdenciários	6	1.111	898			Depósitos de terceiros	10	27.918	20.195		
Depósitos judiciais e fiscais		932	627			Provisões técnicas - seguros e resseguros		358.510	309.650		
Outros créditos		95	25			Ramos elementares e vida em grupo		358.510	309.650		
Outros valores e bens		5.990	4.280			Provisão de prêmios não ganhos	9	178.322	139.909		
Bens à venda		5.823	4.114			Provisão de sinistros a liquidar	9	140.286	154.041		
Outros valores		167	166			Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados	9	36.116	12.174		
Empréstimos e depósitos compulsórios		13	9			Outras provisões	9	3.786	3.526		
Empréstimos e depósitos compulsórios		13	9			Passivo não circulante		5.611	6.647		
Despesas antecipadas		539	592			Exigível a longo prazo		5.611	6.647		
Despesas de comercialização diferidas	9	27.183	24.352			Contas a pagar	11	3.946	3.763		
Seguros e resseguros		27.183	24.352			Tributos diferidos		482	299		
Despesas de resseguro e retrocessões diferidas	9	67.467	31.609			Outras contas a pagar		3.464	3.464		
Ativo não circulante		182.755	184.218			Outros débitos	12	1.665	2.884		
Realizável a longo prazo		153.530	153.073			Provisões judiciais		1.665	2.884		
Aplicações	4	143.310	141.310			Patrimônio líquido	13	170.653	159.966		
Títulos de renda fixa		143.310	141.310			Capital social		281.368	221.368		
Títulos e créditos a receber		10.220	11.763			Aumento de capital em aprovação		-	60.000		
Títulos e créditos a receber		3.747	3.117			Reservas de reavaliação		2.272	2.318		
Créditos tributários e previdenciários	6	9.548	10.444			Ajustes com títulos e valores mobiliários		(75)	(311)		
Depósitos judiciais e fiscais		4.758	4.078			Prejuízos acumulados		(112.912)	(123.409)		
(-) Provisão para riscos de créditos	6	(7.833)	(5.876)			Total do passivo		672.737	580.557		
Permanente		29.225	31.145								
Investimentos		591	591								
Participações societárias - financeiras		444	444								
Outros investimentos		366	366								
(-) Provisão para desvalorização		(219)	(219)								
Imobilizado	7	16.887	17.757								
Imóveis		17.011	17.011								
Bens móveis		8.124	7.606								
(-) Depreciação		(8.248)	(6.860)								
Intangível	8	11.747	12.797								
Outros intangíveis		23.180	20.551								
(-) Amortização Acumulada		(11.433)	(7.754)								
Total do ativo		672.737	580.557			Total do passivo		672.737	580.557		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Reavaliação	Ajuste TVM	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2008		221.368	-	2.318	9	(111.686)	112.009
Ajustes exercícios anteriores		-	-	-	-	(3.205)	(3.205)
Saldos em 31 de dezembro de 2008 (ajustado)		221.368	-	2.318	9	(114.891)	108.804
Aumento de capital							
AGE de 11/12/09	13.a	-	60.000	-	-	-	60.000
Reserva de reavaliação							
Realização	13.b	-	-	-	-	55	55
Títulos e valores mobiliários							
Originalmente apresentado		-	-	-	(320)	-	(320)
Ajustes de exercícios anteriores		-	-	-	-	(5.498)	(5.498)
Saldos em 31 de dezembro de 2009		221.368	60.000	2.318	(311)	(123.409)	159.966
Aumento de capital							
Aprovação do aumento de capital	13.a	60.000	(60.000)	-	-	-	-
Reserva de reavaliação							
Realização	13.b	-	-	(46)	-	70	24
Títulos e valores mobiliários							
Originalmente apresentado		-	-	-	236	-	236
Ajustes de exercícios anteriores		-	-	-	-	(10.427)	(10.427)
Saldos em 31 de dezembro de 2010		281.368	-	2.272	(75)	(112.912)	170.653

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional: A Mitsui Sumitomo Seguros S.A. tem como objetivo principal a comercialização de seguros de automóveis, ramos elementares e vida.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 379, de 19 de dezembro de 2008, e alterações subsequentes, emitidas pela SUSEP, que instituiu o novo plano de contas e o modelo de publicação das demonstrações financeiras das sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar. Durante o ano de 2009, foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, com vigência para 2010, que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Conforme estabelecido pela Circular SUSEP nº 408, de 23 de agosto de 2010, a Administração da Seguradora está apresentando suas demonstrações financeiras individuais utilizando as normas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, ou seja, as demonstrações financeiras individuais não contemplam a adoção dos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC com vigência a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2010. O principal CPC que será aplicável para a Seguradora, em suas demonstrações financeiras individuais, em 2011, é o CPC 11 - Seguros, cujos eventuais impactos ainda não foram estimados pela Administração da Seguradora. Os principais requerimentos relacionados a esse CPC são os seguintes: • Necessidade de classificação dos contratos emitidos entre contratos de seguros, de prestação de serviços e de investimentos. • Necessidade de separação dos derivativos embutidos e componentes de depósito existentes em um contrato principal (de seguros), e de sua avaliação por seu valor justo. • Proibição de reconhecimento de provisões para sinistros futuros, se esses sinistros forem originados de contratos de seguros não vigentes (como provisões para catástrofe ou para equalização de risco). • Necessidade de elaboração de teste anual do passivo relacionado a contratos de seguros ou participação discricionária (LAT - Liability Adequacy Test). • Mensuração a valor justo dos passivos e ativos de contratos de seguros assumidos em uma combinação de negócios ou transferência de carteira (sujeito à regulamentação adicional). • Permissão para reconhecimento da característica de participação discricionária ou como passivo ou como um componente separado

do patrimônio líquido. • Novas exigências de divulgação relativas a contratos de seguros. Em 2010 a empresa revisou seus procedimentos de registro de Despesas com Dispositivo Anti-Furto identificando que parte destes efeitos, no montante de R\$ 3.075 referiam-se ao exercício de 2009 (R\$ 3.205 anteriores a 2009).

3. Descrição das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração de resultado: • O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui os rendimentos, os encargos e as variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais. • As receitas de prêmios de seguros são apropriadas ao resultado no momento da emissão das respectivas apólices e faturas de seguros e diferidas para apropriação no decorrer do prazo de vigência das apólices e faturas, através de constituição da provisão de prêmios não ganhos. São contabilizadas, também, as estimativas de receitas de prêmios para as apólices em processo de emissão. • Os prêmios de cosseguro aceitos são apropriados ao resultado no momento do recebimento das especificações de cosseguros (propostas) das congêneres e diferidos para apropriação no decorrer do prazo de vigência das apólices e faturas através de constituição da provisão de prêmios não ganhos. • As despesas de comercialização são diferidas e apropriadas ao resultado, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices e faturas, através de constituição de despesas de comercialização diferidas. • Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização de retrocessão e correspondente provisão de prêmios não ganhos são contabilizados com base nos informes recebidos do IRB - Brasil Resseguros S.A.

b) Ativos circulante e realizável a longo prazo: São demonstrados a valor de realização incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias diferidas. As principais práticas adotadas são: • De acordo com as diretrizes estabelecidas pela Circular SUSEP nº 379/08, as aplicações em títulos e valores mobiliários devem ser registradas pelos respectivos custos de aquisição, inclusive corretagens e emolumentos, e são classificadas em três categorias, de acordo com a intenção de negociação da administração na data da aquisição, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: - Títulos para negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, e ajustados pelo valor de mercado, computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita e despesa no resultado do exercício. - Títulos disponíveis para venda: títulos e valores mobiliários que não se enquadraram nas catego-

rias "títulos para negociação" e "títulos mantidos até o vencimento". São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, e ajustados pelo valor de mercado, computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. - Títulos mantidos até o vencimento: títulos e valores mobiliários para os quais há intenção e capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Os rendimentos produzidos pelas aplicações em títulos e valores mobiliários são registrados diretamente no resultado do semestre, independentemente da categoria em que são classificados. • Os prêmios a receber, relativos a valores prefixados, estão apresentados a valor futuro, deduzidos dos juros a receber que são apropriados na rubrica "Receitas Financeiras", de acordo com o prazo de parcelamento. • A provisão para riscos sobre crédito para prêmios diretos é constituída com base em estudo técnico através de análise individual dos prêmios diretos a receber vencidos, onde identificado o risco de inadimplência, faz-se a provisão para perdas no montante da parcela a receber, independente do período de vencimento. A Companhia não constituiu provisão para riscos sobre crédito de cosseguro aceito por considerar que os valores são plenamente cobráveis.

c) Permanente - Investimentos: • As participações societárias referem-se, principalmente, à participação no IRB - Brasil Resseguros S.A. e na seguradora Líder do convênio do seguro DPVAT, ambos registrados ao Custo de Aquisição. **Imobilizado:** Estão registrados ao custo de aquisição ou formação, combinado com os seguintes aspectos: • Reavaliação total dos bens imóveis da Seguradora ocorrida em março de 2006, a qual será mantida até sua realização. • A depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: 4% para imóveis, 10% para bens móveis e 20% para veículos e equipamentos de processamento de dados. **Intangível:** O ativo intangível refere-se a desenvolvimento e aquisições de softwares. Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo amortizados pelo método linear com base no prazo estimado de benefício de cinco anos.

d) Passivo circulante: • As comissões a pagar, estão representadas a valor futuro, deduzido dos juros a pagar que são apropriados em despesas financeiras, de acordo com o prazo de parcelamento da apólice. • A provisão de prêmios não ganhos - riscos vigentes e já emitidos é constituída pela parcela do prêmio retido correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pro rata die", em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP.

CONTINUA >

• A provisão de prêmios não ganhos - riscos vigentes, mas não emitidos (PPNG-RVNE) é constituída de acordo com as normas e especificações estabelecidas na Resolução CNSP nº 162, de 26 de dezembro de 2006, alterada pelas Resoluções nº 181 de 17 de dezembro de 2007, nº 195 de 16 de dezembro de 2008 e nº 204 de 28 de maio de 2009. • A provisão complementar de prêmios é calculada "pro rata dia", tomando por base as datas de início e fim de vigência do risco e o prêmio comercial retido. O valor é a diferença, se positiva, entre a média da soma dos valores apurados diariamente no mês da constituição e a PPNG constituída no mês e no mesmo ramo, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não, recebidos ou não. • A provisão para insuficiência de prêmios é constituída de acordo com as normas e especificações estabelecidas em Nota Técnica Atuarial. • A provisão de sinistros a liquidar é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, líquidos de recuperações, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até as datas dos balanços, e atualizada monetariamente nos termos da legislação. • A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) é constituída de acordo com as normas e especificações estabelecidas em Nota Técnica Atuarial. A provisão para o IBNR do ramo DPVAT é constituída conforme previsto na Resolução CNSP nº 192, de 16 de dezembro de 2008. • Nas operações com a Seguradora Líder do convênio do Seguro DPVAT, os valores são registrados com base nos informes emitidos pela Administração daquela Seguradora. • As comissões a pagar e provisões técnicas decorrentes de retrocessões são registradas conforme valores informados pelo IRB - Brasil Resseguros S.A. • A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre a parcela de lucro tributável excedente a R\$ 20 por mês. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota de 15%. • Os honorários de sucumbência são contabilizados de acordo com a natureza do processo. No caso de ações relacionadas a sinistros, os honorários de sucumbência são contabilizados na rubrica "Despesas com sinistros".

e) Exigível a longo prazo: Está demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. A Seguradora avalia as suas contin-

4. Aplicações - Circulante e Realizável a Longo Prazo

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a composição das aplicações está distribuída da seguinte forma:

Categorias	2010				2009	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Ajuste a mercado	Efeito tributário	Ganhos não realizados	Valor de mercado
Para negociação:						
Fundos de investimento (a)	81.602	81.602	-	-	-	70.939
Fundos de invest. DPVAT (b)	28.599	28.599	-	-	-	-
Total para negociação	110.201	110.201	-	-	-	70.939
Disponíveis para venda - LFT - Convênio DPVAT (b)	-	-	-	-	-	21.713
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (b)	143.434	143.310	(124)	49	(75)	130.137
Total disponíveis para venda	253.635	253.511	(124)	49	(75)	151.850
Total de títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	222.789
Outras (c)	59	59	-	-	-	58
Total das aplicações	253.694	253.570	(124)	49	(75)	222.847
Circulante	-	110.260	-	-	-	81.537
Realizável a longo prazo	-	143.310	-	-	-	141.310

(a) O valor de mercado das cotas de fundos de investimento financeiro, não exclusivos, foi apurado com base nos valores de cotas divulgados pelos administradores dos fundos de investimento nos quais a Seguradora aplica seus recursos. Todos os fundos são atrelados à Renda Fixa, sendo que, grande parte de suas carteiras são compostas de Títulos Públicos e Certificados de Depósitos Bancários. (b) Os títulos públicos federais foram contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, e foram ajustados ao valor de mercado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. (c) Refere-se a valores retidos pelo IRB - Brasil Resseguros S.A. para cobertura de Reservas Técnicas. Em 31 de dezembro de 2010, as aplicações em títulos e valores mobiliários por faixa de vencimento estão distribuídas da seguinte forma:

Categorias	2010		2009	
	Liquidez diária	Acima de 1 ano	Total	Total
Para negociação:				
Fundos de investimento	81.602	-	81.602	-
Fundos de investimento - DPVAT	28.599	-	28.599	-
Disponíveis para venda - LFT	-	143.310	143.310	-
Total	110.201	143.310	253.511	143.310

A Seguradora não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

Coberturas das provisões técnicas: Os valores dos bens e direitos vinculados em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

Categorias	2010		2009	
	2010	2009	2010	2009
Títulos de renda fixa - públicos	143.310	151.850	143.310	151.850
Fundos de investimento	67.077	51.803	67.077	51.803
Imóveis	-	8.760	-	8.760
Total	210.387	212.413	210.387	212.413

5. Créditos das Operações com Seguros e Resseguros

a) Prêmios a receber

Os prêmios a receber estavam compostos da seguinte forma:

Ramos:	2010		2009	
	2010	2009	2010	2009
Automóvel	54.292	58.087	54.292	58.087
Patrimonial (*)	48.881	20.088	48.881	20.088
Responsabilidade Civil	4.581	5.182	4.581	5.182
Responsabilidade Civil - Veículos	8.968	7.911	8.968	7.911
Transportes	10.905	5.184	10.905	5.184
Acidentes Pessoais e Vida em Grupo	504	553	504	553
Outros	-	117	-	117
Total	128.131	97.122	128.131	97.122

(*) Refere-se principalmente à emissão de apólices do ramo 196 - Riscos Nomeados Operacionais, cujas parcelas estão em aberto em 31 de dezembro. Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta, cosseguro aceito, riscos vigentes não emitidos, bem como as operações de retrocessão. Os prêmios a receber, por vencimento, estão distribuídos da seguinte forma:

Categorias	2010		2009	
	2010	2009	2010	2009
Vencidos até 30 dias	4.125	3.023	4.125	3.023
Vencidos de 31 a 60 dias	10.132	2.346	10.132	2.346
Vencidos de 61 a 180 dias	11.355	10.979	11.355	10.979
Vencidos acima de 180 dias	7.698	5.491	7.698	5.491
A vencer até 30 dias	33.304	25.751	33.304	25.751
A vencer de 31 a 60 dias	17.543	14.465	17.543	14.465
A vencer de 61 a 180 dias	35.719	28.140	35.719	28.140
A vencer acima de 180 dias	8.255	6.927	8.255	6.927
Total	128.131	97.122	128.131	97.122

Provisão para riscos sobre crédito: A provisão para riscos sobre crédito para prêmios diretos é constituída com base em estudo técnico através de análise individual dos prêmios diretos a receber vencidos, onde identificado o risco de inadimplência, faz-se a provisão para perdas no montante da parcela a receber, independente do período de vencimento. A Companhia não constitui provisão para riscos sobre crédito de cosseguro aceito por considerar que os valores são plenamente cobráveis.

Categorias	2010		2009	
	2010	2009	2010	2009
PDD prêmios vencidos	1.664	1.439	1.664	1.439
Total	1.664	1.439	1.664	1.439

b) Operações com resseguradoras: Do montante de R\$ 133.613 em 2010 (R\$ 148.608 em 2009), o valor de R\$ 89.221 em 2010 (R\$ 106.621 em 2009) referem-se a recuperações de resseguro que contemplam as recuperações de sinistros de resseguros sobre sinistros a liquidar direta e cosseguro aceito, e R\$ 25.196 em 2010 (R\$ 5.641 em 2009) refere-se à parcela de IBNR sobre operações de resseguro cedido.

Categorias	2010		2009	
	2010	2009	2010	2009
Até 30 dias (*)	18.261	749	18.261	749
De 30 a 60 dias (*)	1.334	199	1.334	199
De 61 a 180 dias (*)	5.896	7.194	5.896	7.194
Acima de 180 dias (*)	63.730	98.479	63.730	98.479
Total	89.221	106.621	89.221	106.621

gências ativas e passivas, exceto aquelas oriundas de sinistros, através das determinações emanadas pela Norma e Procedimento de Contabilidade - NPC nº 22, instituída pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. • Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação de um evento futuro certo, apesar de não ocorrido, e depende apenas dela, ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabe mais recurso, caracterizando o ganho como praticamente certo. • Passivos contingentes: são constituídos pela Administração levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. • Provisões fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, e atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC). • Depósitos judiciais: os depósitos judiciais são mantidos no ativo sem a dedução das correspondentes provisões para contingências, em razão do plano contábil da SUSEP não contemplar essa reclassificação.

f) Operações com resseguradoras: • Os valores de sinistros a recuperar de resseguradoras são contabilizados na conta do ativo "créditos das operações com seguros e resseguros - operações com resseguradoras". • A provisão de prêmios não ganhos de operações de resseguros é constituída pela parcela do prêmio retido correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pro rata dia", e contabilizada na conta do ativo "despesas de resseguro e retrocessões diferidas". • Os valores referentes às receitas de comercialização diferida de operações de resseguros são diferidas e apropriadas ao resultado, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices e faturas, e contabilizados em conta do passivo circulante.

Categorias	2010				2009	
	Saldo em 31/12/2009	Constituição/reversão	Saldo em 31/12/2010	Saldo em 31/12/2009	Constituição/reversão	Saldo em 31/12/2010
Circulante:						
Imposto de renda a compensar	178	30	208	178	30	208
Contribuição social a compensar	317	104	421	317	104	421
INSS	4	24	28	4	24	28
PIS e COFINS	399	55	454	399	55	454
Total	898	213	1.111	898	213	1.111
Realizável a longo prazo:						
Antecipações de imposto de renda	549	104	653	549	104	653
Antecipações de contribuição social	49	2	51	49	2	51
Ajustes temporais - I.R e CSLL - aplicações	-	49	49	-	49	49
PIS e COFINS	2.046	(1.111)	935	2.046	(1.111)	935
Créditos tributários - IRPJ - diferenças temporárias sobre prejuízo fiscal	6.350	(1)	6.349	6.350	(1)	6.349
Contribuição social - Medida Provisória nº 2.158-35/01	1.450	61	1.511	1.450	61	1.511
Total	10.444	(896)	9.548	10.444	(896)	9.548
Provisão para riscos de créditos tributários (a)	(5.876)	(1.097)	(6.973)	(5.876)	(1.097)	(6.973)
Provisão para riscos de títulos de créditos	-	(860)	(860)	-	(860)	(860)
Total	(5.876)	(1.957)	(7.833)	(5.876)	(1.957)	(7.833)
Total Líquido	4.568	(2.853)	1.715	4.568	(2.853)	1.715

(a) Provisão para créditos tributários conforme Circular SUSEP nº 379/08, que exige a constituição de provisão para eventuais perdas de direitos de recebimento ou compensação dos créditos tributários e previdenciários.

6. Créditos Tributários

Natureza e origem dos créditos tributários:

Categorias	2010		2009	
	Saldo em 31/12/2009	Constituição/reversão	Saldo em 31/12/2010	Saldo em 31/12/2009
Circulante:				
Imposto de renda a compensar	178	30	208	178
Contribuição social a compensar	317	104	421	317
INSS	4	24	28	4
PIS e COFINS	399	55	454	399
Total	898	213	1.111	898
Realizável a longo prazo:				
Antecipações de imposto de renda	549	104	653	549
Antecipações de contribuição social	49	2	51	49
Ajustes temporais - I.R e CSLL - aplicações	-	49	49	-
PIS e COFINS	2.046	(1.111)	935	2.046
Créditos tributários - IRPJ - diferenças temporárias sobre prejuízo fiscal	6.350	(1)	6.349	6.350
Contribuição social - Medida Provisória nº 2.158-35/01	1.450	61	1.511	1.450
Total	10.444	(896)	9.548	10.444
Provisão para riscos de créditos tributários (a)	(5.876)	(1.097)	(6.973)	(5.876)
Provisão para riscos de títulos de créditos	-	(860)	(860)	-
Total	(5.876)	(1.957)	(7.833)	(5.876)
Total Líquido	4.568	(2.853)	1.715	4.568

O ativo imobilizado estava assim composto:

Categorias	2010				2009			
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Reavaliação	Depreciação acumulada	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Reavaliação	Depreciação acumulada
Terrenos	-	526	1.336	-	-	1.862	1.862	-
Edificações	4	13.399	1.750	(2.878)	4	12.271	12.877	(2.878)
Equipamentos	10	6.167	-	(4.099)	10	2.068	2.176	(4.099)
Móveis, máquinas e utensílios	10	1.332	-	(742)	10	590	677	(742)
Veículos	20	625	-	(529)	20	96	165	(529)
Total		22.049	3.086	(8.248)		16.887	17.757	(8.248)

Em 2006, os terrenos e edifícios do ativo imobilizado foram reavaliados. O valor de impostos diferidos está contabilizado na conta "Imposto de renda e contribuição social diferidos", no exigível a longo prazo, e o valor líquido da reavaliação está registrado na conta "Reserva de reavaliação", no patrimônio líquido, conforme demonstrado a seguir:

Categorias	2010				2009			
	Reavaliação diferidos	reavaliação	Líquido	Líquido	Reavaliação diferidos	reavaliação	Líquido	Líquido
Reavaliações	3.086	(482)	(332)	2.272	3.086	(482)	(332)	2.272
Total	3.086	(482)	(332)	2.272	3.086	(482)	(332)	2.272

8. Intangível

O ativo intangível estava assim composto:

Categorias	2010				2009			
	Prazo de amortização	Custo	Amortização acumulada	Total	Prazo de amortização	Custo	Amortização acumulada	Total
Contratos e licenças de softwares	Cinco anos	23.180	(11.433)	11.747	Cinco anos	23.180	(11.433)	11.747
Total		23.180	(11.433)	11.747		23.180	(11.433)	11.747

9. Provisões Técnicas e Despesas de Comercialização Diferidas - Seguros e Resseguros

a) Apresentamos a seguir os saldos das provisões técnicas e despesas de comercialização diferidas:

Ramos:	Provisões de prêmios não ganhos		Despesa de comercialização diferida	
	2010	2009	2010	2009
Automóvel	65.181	71.475	15.050	15.807
Garantia	94	187	14	6
Patrimonial (*)	88.607	47.459	7.857	5.126
Responsabilidade Civil	9.284	8.121	1.078	741
Responsabilidade Civil - Veículos	12.901	11.280	2.851	2.502
Transportes	2.133	725	292	30
Acidentes Pessoais e Vida em grupo	120	191	41	26
Outros	2	471	-	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Em milhares de reais)

com utilização de Prejuízos Fiscais no montante de R\$7.880, liquidando todos os débitos fiscais constantes nestes órgãos, bem como procedeu à desistência e renúncia aos direitos inerentes aos Processos Judiciais que estavam em curso de forma irrevogável. O benefício fiscal decorrente da adesão está assim discriminado:

Descrição:	Valor
COFINS (i)	9.000
Contribuição Social (i)	227
Imposto de Renda (i)	574
INSS (ii)	(182)
PIS (ii)	(633)
Programa de Parcelamento Anteriores (ii)	(308)
Subtotal	8.678
Reversão da Provisão para perdas sobre créditos de prejuízos fiscais (iii)	7.880
Total	16.558

(i) Registradas como resultado financeiro (Nota 16.g).

(ii) Registradas como despesas com tributos.

(iii) Registrado como outras receitas operacionais (Nota 16.d)

13. Patrimônio Líquido

a) O capital social é de R\$ 281.368 representado por 59.106.248 (59.106.248 em 2009) ações ordinárias, nominativas sem valor nominal. Em 24 de março de 2010, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 60.000 pela Portaria SUSEP nº 1.079, referente ao aumento ocorrido em dezembro de 2009, representado por 22.891.210 novas ações ordinárias, sem valor nominal. b) Os ajustes positivos com títulos e valores mobiliários são compostos pelos ajustes referidos na nota explicativa nº 4, de acordo com a Circular SUSEP nº 379/08, líquidos dos efeitos tributários.

14. Conciliação do Imposto de Renda - Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

	2010		2009	
	IRPJ	CSLL	IRPJ ajustado	CSLL ajustado
Lucro (prejuízo) antes do imposto, líquido de participações	16.750	16.750	(8.573)	(8.573)
Adições	11.900	11.900	5.753	5.805
Exclusões	(5.976)	(5.976)	(6.487)	(3.727)
Lucro (prejuízo) fiscal	22.674	22.674	(9.307)	(6.495)
Compensação prejuízos fiscais	(6.802)	(6.802)	-	-
Base do IR e CSLL imposto de renda e contribuição social no exercício	15.872	15.872	-	-
(-) PAT - Programa de alimentação do trabalhador	(2)	-	-	-
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	3.942	2.381	-	-

15. Demonstração do Cálculo do Patrimônio Líquido Ajustado e da Margem de Solvência

	2010	2009
Patrimônio líquido ajustado:		
Patrimônio líquido	170.653	159.966
Despesas antecipadas	(539)	(592)
Ativo intangível	(11.747)	(12.797)
Total de patrimônio líquido ajustado	158.367	146.577
Margem de solvência:	2010	2009
Prêmio retido anual médio - últimos 12 meses	46.720	45.604
Sinistro retido anual médio - últimos 36 meses	43.417	36.112
Margem de solvência	46.720	45.604
Suficiência	111.647	100.973

16. Detalhamento de Contas da Demonstração do Resultado

a) Principais ramos de atuação

Ramos:	Prêmios ganhos		Sinistros retidos sobre prêmios ganhos - %		Comercialização sobre prêmios ganhos - %	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
	Automóvel	115.917	95.504	69	79	23
Garantia	122	567	(99)	7	18	2
Patrimonial	37.770	27.075	50	30	(5)	22
Responsabilidade Civil	8.886	5.445	35	32	15	25
Responsabilidade Civil - Veículos	20.304	16.434	81	85	21	23
Transportes	11.981	12.099	27	50	8	10
Prestamista	2	584	(13)	3.025	-	-
DPVAT	34.335	28.411	87	87	1	1
Acidentes Pessoais e Vida em grupo	1.062	2.384	111	44	29	15
Outros	341	587	155	7	36	30
Total	230.720	189.090				

b) Sinistros retidos

	2010	2009
Sinistros	204.443	168.374
Recuperação de Sinistros (*)	(38.392)	(3.954)
Salvados	(17.618)	(12.732)
Ressarcimentos	(1.739)	(1.598)
Varição da Provisão de IBNR	6.706	(1.384)
Total	153.400	148.706

(*) Em 2010 refere-se à recuperação de sinistros do ramo 196 - Riscos Nomeados.

c) Despesas de comercialização

	2010	2009
Comissões	50.714	46.335
Recuperação de comissões de congêneres	(11.696)	(223)
Recuperação de comissão de resseguradores	(14.592)	(6.611)
Outras despesas de comercialização	1.648	2.983
Varição das despesas de comercialização diferidas	6.350	(4.253)
Total	32.424	38.231

d) Outras receitas e despesas operacionais

	2010	2009
Receitas com custo de apólice	9.428	8.219
Receita com reversão da provisão para perdas (*)	903	7.880
Receitas com participações em lucros	-	359
Despesas com inspeção de riscos	(1.760)	(1.473)
Despesas com apólices	(2.777)	(1.382)
Despesas com cobrança	(1.102)	(1.463)
Despesas com agenciamento e assessoria	(1.609)	(1.935)
Despesas contingenciais	(256)	(669)
Outras receitas - Assist. 24 horas	8.461	6.800
Outras receitas e despesas com operações de seguros	(5.475)	(545)
Total	5.813	15.791

(*) Em 2009 referem-se à reversão da provisão para perdas sobre créditos de prejuízos fiscais decorrente da utilização de parte dos créditos de prejuízos fiscais quando da adesão ao REFIS (Nota 12.c).

e) Despesas administrativas

	2010	2009
Despesas com pessoal próprio e encargos sociais	19.043	17.108
Despesas com serviços de terceiros	14.350	14.431
Despesas com localização, funcionamento, expediente e comunicação	4.952	4.499
Despesas com depreciação/amortização	5.089	5.098
Despesas administrativas do convênio DPVAT	2.253	2.941
Outras	735	1.320
Total	46.422	45.397

f) Despesas com tributos

	2010	2009
COFINS	5.391	4.933
PIS	963	1.430
Taxa de fiscalização SUSEP	901	431
Outros	1.401	996
Total	8.656	7.790

g) Resultado financeiro

	2010	2009
Receitas financeiras	2010	2009
Receitas com títulos de renda fixa	15.746	14.796
Receitas com operações de seguros	2.933	2.226
Receitas com fundos de investimento	6.350	7.813
Outros (*)	1.280	10.343
Total	26.309	35.178

(*) Inclui o montante de R\$ 9.801 em 2009 referente ao benefício fiscal decorrente da adesão ao REFIS (Nota 12.c).

Despesas financeiras

	2010	2009
Despesas financeiras com operações de seguros	3.096	3.356
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	146	376
Despesas financeiras de encargos sobre tributos	260	2.663
Oscilação cambial das operações em moeda estrangeira (*)	97	1.849
Total	3.599	8.244

Resultado financeiro

	2010	2009
Resultado financeiro	22.710	26.934

(*) Refere-se principalmente à oscilação cambial do saldo em conta corrente em dólar fundamentalmente no primeiro trimestre de 2009.

17. Transações e Saldos com partes Relacionadas

A remuneração do pessoal-chave da Administração, que compreende empregados que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Seguradora, foi aprovada pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de março de 2010, sendo composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante destinado para Diretoria no exercício de 2010 foi de R\$ 1.255 (R\$ 1.239 em 2009) e para Conselheiros de R\$ 168 (R\$ 168 em 2009). A Seguradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações. A Seguradora efetua cessões de resseguros com a Mitsui Sumitomo Insurance Company Ltd. (resseguradora admitida), através de contratos automáticos e facultativos. As transações entre partes relacionadas decorrentes dessas atividades encontram-se apresentadas abaixo:

	2010			
	Ativo	(Passivo)	Receitas	(Despesas)
Mitsui Sumitomo Insurance Company Ltd (i)	12.048	(29.659)	22.157	(54.542)
Total	12.048	(29.659)	22.157	(54.542)

(i) Os saldos de sinistros e comissões de resseguros encontram-se contabilizados na conta "Operações com resseguradoras" no ativo circulante e os saldos de prêmios de resseguro encontram-se contabilizados na conta "Operações com resseguradoras" no passivo circulante.

18. Cobertura de Seguros

A Seguradora adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados, levando-se em consideração a natureza de suas atividades. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2010, é assim demonstrada:

Itens	Tipo de cobertura	Importância segurada
Edifícios	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	22.297
Veículos	Incêndio, roubo e colisão - RCF	4.040
Total		26.337

19. Outras Informações

a) Acordos judiciais envolvendo apólice de seguro de vida: A Companhia contratou uma apólice de Seguro de Vida em Grupo com estipulante de seguros prestamista, tendo vigência de um ano a partir de 31 de agosto de 2004, em relação à vida de aposentados do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS (prestamistas) tomadores de empréstimos perante o estipulante. O estipulante ajuizou contra Companhia, na Comarca de Belo Horizonte/MG, 77 (setenta e sete) ações para a cobrança de indenizações sob a apólice. A Companhia ajuizou contra o estipulante uma ação judicial para cobrança de prêmios adicionais e exclusão de coberturas securitárias para os casos de fraudes e cessão de crédito. Em novembro de 2009, a Companhia e a estipulante de seguros prestamista mediante concessões recíprocas transacionaram e chegaram a um acordo em relação a todos os direitos e deveres que tinham em relação à apólice, resolvendo de forma definitiva, irrevogável e irratável toda e qualquer demanda, incidentes processuais e/ou discussões, presentes ou futuras, derivadas da referida apólice. Consequentemente foram encerradas as 77 ações ajuizadas pelo estipulante, em face da Companhia e a ação judicial movida pela Companhia em face do estipulante, relativo à cobrança de indenizações e de cobrança de prêmios respectivamente.

A Companhia e a estipulante declararam expressamente terem conhecimento do acordo e de seus efeitos decorrentes da transação em questão, assim como estarem a proceder com livre e válida manifestação de vontade. Em virtude do acordo, a Companhia e a estipulante, renunciaram de forma irrevogável e irratável aos prazos de recursos e mutuamente deram-se ampla, geral e irrestrita quitação para mais nada cobrar em juízo ou fora deste sobre o objeto da apólice.

DIRETORIA

Hiroyuki Miyahara - Diretor-Presidente
Hyung Mo Sung - Diretor Vice-Presidente
Junichi Imai - Diretor Vice-Presidente
Hiroshi Honda - Diretor Executivo

CONTADOR

Alexandre Luiz Grecco - CRC 1SP 217.581/O-0

PARECER DE AVALIAÇÃO ATUARIAL - ANO-BASE 2010

Aos Diretores e Acionistas da

Mitsui Sumitomo Seguros S.A.

1. Examinamos todas as Provisões Técnicas registradas no balanço patrimonial da MITSUI SUMITOMO SEGUROS S.A., no período base de 01/01/2010 a 31/12/2010, com o objetivo específico de averiguar sua adequação diante as obrigações originadas pelos contratos em vigor, em atendimento à Circular SUSEP nº 272, de 22 de outubro de 2004 e Resolução CNSP nº 135 de 2005 com suas alterações.

2. Foi realizada a avaliação de cada um dos ramos de seguro operacionalizados pela MITSUI SUMITOMO SEGUROS, a partir dos efetivos períodos de competência dos riscos assumidos pelos contratos de seguro em vigor entre janeiro e dezembro de 2010, recalculando para cada ramo, as correspondentes provisões técnicas contabilizadas nestas datas-base.

3. Os exames realizados foram conduzidos em conformidade com técnicas e metodologias atuariais e estatísticas conhecidas e aplicáveis no Brasil e compreenderam a análise e recálculo das seguintes Provisões Técnicas: Prêmios Não Ganhos (PPNG), inclusive para Riscos Vigentes e Não Emitidos (RVNE), Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR), Sinistros a Liquidar (PSL), a Provisão Complementar de Prêmios (PCP) e a Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP).

4. Em conformidade com o disposto na nota explicativa do Balanço de 31/12/2010, sub-item a do item 19 - Outras informações, a Mitsui Sumitomo Seguros S.A. em relação à apólice de seguro de vida do Ramo Prestamista, com início de vigência em 31/08/2004, em conjunto com o Estipulante, deram ampla, geral e irrestrita quitação.

5. Em nossa opinião, as Provisões Técnicas acima referidas representam adequadamente todas as obrigações assumidas pela Seguradora em relação aos contratos vigentes, estando refletidas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010 com valores consistentes e suficientes para garantir os riscos vigentes em 31/12/2010.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2011

ATUÁRIO

FIPECAFI - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - CNPJ Nº 46.359.865/0001-40
Masayuki Nakagawa - Atuário - MIBA 51

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da

Mitsui Sumitomo Seguros S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Mitsui Sumitomo Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mitsui Sumitomo Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2011

Deloitte Touche Tohmatsu

Auditores Independentes
 CRC nº 2 SP 011609/O-8
 Clodomir Félix Fialho Cachem Junior
 Contador - CRC nº 1 RJ 072947/O-2 "S" SP